

# BELÉM. A GENÊSE TERRITORIAL DO ESPAÇO AMAZÔNICO PELA CONQUISTA DA FOZ DO RIO.<sup>1</sup>

Antonio Sérgio de Souza Jr.<sup>2</sup>  
Giovane da Silva Mota<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

A gênese territorial do espaço amazônico pela conquista da foz do rio, é uma tentativa de analisar os fatos históricos da conquista do espaço amazônico, e este que analisamos o que hoje compõe a Amazônia brasileira, pelos portugueses, a partir da venturosa conquista da desembocadura do rio Amazonas, onde hoje se encontra Belém do Pará, uma vez que a partir dela que se deu toda a produção espacial amazônica que moldou-a até os dias atuais de características lusas, e também indígenas é claro, sendo que porém a evidência da cultura lusitana é dada uma vez que sua presença apesar de não ser tão maciça, dada a sua necessidade de contingente populacional para a conquista o que irá permitir em larga escala a miscigenação de raças, o que também é vestígio da conquista portuguesa da região.

Nossos esforços concentram-se em analisar como se processa a conquista da terra, uma vez que outros grupos estavam interessados em possuí-la, a exemplo de holandeses, ingleses e, os mais persistentes de todos os estrangeiros anteriores e contemporâneos a conquista portuguesa, os franceses que não apenas se dispuseram a conquista como iniciaram e a priori, tiveram êxito na empreita chegando até mesmo a conquista o ponto de apoio fundado no outro braço do rio, o forte de Macapá, sendo que com o auxílio dos portugueses, e mestiços deve-se ressaltar, vindos da base da conquista em Belém, o forte e a posição lusitana no local foram recuperados.

Fazemos inicialmente uma discussão sobre o conceito basilar que norteia nosso trabalho, uma das várias categorias importantes da geografia, tentando aproximar o conceito utilizado atualmente para a realidade do passado uma vez que este se circunscreve nessa perspectiva que veremos de território. Logo depois nossos esforços são concentrados em analisar os grupos indígenas que habitavam a região anterior a chegada dos europeus a região da desembocadura do rio, dando ênfase ao lócus da futura Belém, fazemos também uma discussão com relação aos grupos de estrangeiros, a seguir, que tentam conquistar o espaço, seja qual for o intuito de utilizá-lo, apenas para a exploração da flora-fauna e solo, como caracterizou os intentos holandeses, seja pra alargar o império ou mesmo estendê-lo para a América do Sul, como almejavam os ingleses, que abandonaram de certa forma esse

---

<sup>1</sup> Trabalho de iniciação científica.

<sup>2</sup> UFPA herodoto82@yahoo.com.br

<sup>3</sup> UFPA/COGEO

intento ao contrario dos franceses que além do intento vão “bater de frente” com os lusitanos já instalados na região tentando levar a cabo seu projeto de conquista e mesmo com o secular sonho de anexar o território do atual estado do Amapá, o que vai render disputas e discussões internacionais sobre a questão, que no fim, resultou na questão favorável ao Brasil e temos hoje a região litorânea da antiga capitania do “Cabo do Norte”.

Depois fazemos uma análise, que apesar de ínfima não é de todo concluída, sobre a conquista portuguesa que se dá desde a fundação da feliz Lusitânia, uma vez que toda a região não foi mais depois da fundação posto que essa “base” de conquista, irá desbaratear os intentos de todos os estrangeiros na região, principalmente de franceses que de forma símile aos portugueses irão tentar se espriar para além do Oiapoque até a boca direita do rio, na tentativa de também possuir o controle do mesmo. E estes fracassam não por falta de coragem ou de empreendedorismo e sim pela astúcia lusitana de terem conquistado primeiro a sua foz, terem feito base para conquista e serem irremediavelmente capazes de superar as intempéries do local de adaptar-se a ele de certo modo, além do fato de incentivar, grosso modo, a união das raças já que não podia incentivar a migração portuguesa para o território conquistado.

Sabemos que muito deve ser acrescentado, e também que muito já foi escrito com relação a historia da conquista, mas o relativo descaso da geografia em analisar os espaços constituídos do passado na Amazônia nos motiva, apesar de nossos parcos conhecimentos, a tentar construir essa relação geográfico-histórica, e continuaremos a tentar não somente pela ciência pelo conhecimento mas pelos laços constituídos com essa terra, que senti a força do capital de maneira impar no Brasil, degradando não somente fauna e flora mas a alma de toda uma gente que precisa ser resgatada e mostrada para conscientização de luta resistência de toda essa gente.

## **A GENESE TERRITÓRIAL DO ESPAÇO AMAZÔNICO. UM DEBATE TEÓRICO SOBRE O TEMA.**

Para iniciarmos a análise sobre a gênese do espaço amazônico há de se fazer em nosso trabalho uma distinção em relação ao que entendemos como gênese do espaço amazônico. Quando nos referimos a isto estamos querendo expor a concepção de que para a construção do espaço tal qual concebemos hoje como Amazônia houve um início, ocorreu nesse espaço uma disseminação das relações de produção as quais se reproduzem atualmente no espaço amazônico, de um modelo capitalista. E para que isso fosse de fato possível houve então todo um processo por meio de confrontos de “projetos de conquista” e de colonização não só portuguesa mas de estrangeiros como os franceses que, como nos mostra a história, foram os mais bem sucedidos nesse vale do rio juntamente com ingleses

e holandeses<sup>4</sup>. Assim sendo, queremos dizer que houve um início dessa fixação a partir de interesses inerentes ao sistema político-econômico europeu, que apesar do vale amazônico não trazer lucros imediatos aos ibéricos, esse, passou a ter importância vital pois a manutenção do vale desse rio, significava a grandeza do império e a possibilidade de lucros futuros, e agora mais do que nunca certos, uma vez que apesar de que anteriormente os lucros imediatos esperados só eram obtidos através da exploração aurífera, agora o lucro poderia advir para os lusitanos e espanhóis através da exploração da fauna e da flora dessa imensa floresta, como já vinha ocorrendo com essa exploração sendo realizada pelos franceses, entre outros grupos de outros reinos, o que irá gerar a necessidade de proteção dessa área como forma também de manter a hegemonia conquistada e que excluía justamente esses grupos de outros reinos como os franceses e ingleses a explorar esse vale uma vez que eles estavam a margem da “divisão do mundo” realizada entre portugueses e espanhóis.

Contudo precisamos compreender aqui “a gênese do território amazônico”. Primeira problemática a ser destacada é: o que é território? Para nós território é espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder<sup>5</sup>, para sermos bem objetivos. Porém a análise sobre território é densa. Vejamos o que diz SOUZA:

*“O território (...) é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial aqui não é na realidade quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Esses aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou de interesse por tomá-lo ou mantê-lo (...) mas o verdadeiro Leitmotiv é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? Esse Leitmotiv traz embutida ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento do exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?” (SOUZA, 2003:78-79).*

---

<sup>4</sup> Não nos cabe aqui nesse trabalho analisar a grandeza e importância da fixação deste ou daquele grupo de europeus enumera-los conforme sua ordem de fixação e de uso do espaço.

<sup>5</sup> SOUZA (2003)

Concordamos com SOUZA quando este afirma sobre território, porém aqui na Amazônia, foi condição *sine quo non*, para o bom sucesso da empreitada lusitana na região, o conhecimento sobre a conformação do terreno. Conhecê-lo foi de um todo “imprescindível para toma-lo e mantê-lo<sup>6</sup>” e isso provaremos no decorrer do trabalho. Assim sendo, dentro dessa perspectiva acreditamos no que ele se refere ser território mas somente com a indissociabilidade da necessidade de “saber” esse espaço para dele tomar posse e constituir o território de fato não só através da construção do espaço social, aquele que produzimos enquanto sociedade, e sim a produção das relações projetadas nesse espaço, relações essas de poder, ou seja, um campo de forças como diz SOUZA (2003), onde as relações de poder são espacialmente delimitadas e operando deste modo sobre um substrato referencial e não material, uma vez que eles podem surgir e desaparecer em diferentes temporalidades como é o caso da Amazônia que possuía diversas nações indígenas de diferentes tipos de organizações (muitas complexas hierarquicamente falando), que com a chegada do europeu irão acabar pacífica ou de modo a resistir à dominação se “reterritorializando” ou melhor inserindo-se numa nova territorialidade que não será mais aquela antiga, antes da chegada das naus européias e sim uma outra onde a produção espacial e a forma de organização de coletividade processa-se de maneira a atender as necessidades impostas pelo sistema capitalista. Na maioria das vezes desaparecendo com suas velhas formas organizacionais para incorporar a organização ibérica e assim sendo produzir o espaço conforme as “necessidades” dos gestores da colonização, como veremos mais adiante, quando não se “desterritorializam” como única forma de fugir da exploração imposta pela homem branco.

Ou seja ao admitirmos que exista um gênese do espaço amazônico e do território não queremos desconsiderar as formações “espaço - sociais” já existentes na mesma e nem desconsiderar as relações de poder dadas nos territórios das nações indígenas antes da chegada do europeu. Estamos nos referindo a conformação do espaço tal qual entendemos hoje na Amazônia, ou seja, uma construção do espaço em que maior parte dos centros urbanos da região como por exemplo a Belém do Pará têm seu início nessa conformação tal qual entendemos hoje, a partir dessa relação “capitalística<sup>7</sup>” desenvolvida desde o século XVII. Apesar de nosso objetivo não ser de buscar uma resposta para uma problemática atual e sim dentro de uma perspectiva temporal compreender as relações processadas na construção desse território, buscamos fazer essa relação entre a produção desse espaço como sugere o nosso tema mas levar em consideração também mesmo em forma de condição introdutória a territorialidade indígena no espaço da conquista e as relações dos mesmos nesse espaço, buscar analisar a formação do território amazônico de suas relações

---

<sup>6</sup> Utilizamos-nos da expressão de SOUZA (2003) quando comenta sobre a epígrafe de SUN TZU que abre seu trabalho no livro Geografia Conceitos e Temas, quando este comenta sobre a necessidade de se ter conhecimento teórico sobre o espaço para toma-lo ou mantê-lo.

<sup>7</sup> Expressão utilizada por SOUZA (2003) quando se refere ao sistema econômico vigente.

através de uma perspectiva uma vez que somente ele pode nos dar a resposta de como esse espaço insere-se ou melhor como ele inseriram-no no sistema modificando as relações produzidas em seu interior bem como a produção das formas que irão marcar este território.

### **OS “NATIVOS” : OS PRIMEIROS HABITANTES.**

A análise construída a seguir é uma tentativa de compreendermos as territorialidades indígenas na Amazônia pelo conceito de território de José Marcelo Lopes de Souza, sendo os conceitos de territórios moveis e territórios contínuos e descontínuos os que mais se aproximam das situações historicamente constituídas, segundo os relatos de historiadores e outros estudiosos da área. Gostaríamos também de esclarecer que essa parte do trabalho se refere somente a importância por nós dada, referente a essas organizações sendo que as formas predominantes da região nos dias atuais não se apresentam segundo as produções indígenas e sim como das produções das relações do capitalismo neste espaço que se dão a partir da chegada do homem branco nas terras da Amazônia.

### **ESPACIALIDADE E RELAÇÕES ENDÓGENAS QUE PRODUZIAM FORMAS AUTÓCTONES DOS “TERRITÓRIOS INDÍGENAS”.**

Para podermos realizar uma tentativa de definir a espacialização do índio da Amazônia no período da conquista portuguesa, existe de fato um problema da dificuldade de documentos que expressem essa espacialização, uma vez que estes conquistadores não estavam interessados no estudo das diferenças entre os mesmos, se não naquele conhecimento que lhes era útil para navegação no “rio-mar”, para servirem de guias nas expedições ao interior do território e enfim por que não também para a utilização em trabalhos forçados. Isso sem levar em consideração o fato de que “a época do contato” não proporcionou de fato um contato com todas as tribos da Amazônia, o que só vem a acontecer a dezenas e até mesmo séculos depois do primeiro contato do homem “civilizado” com o índio, e mesmo assim, apesar de toda a tecnologia a nós contemporânea existem ainda hoje, em pleno século XXI, áreas, na floresta, intocadas pelo homem. E dessa forma sem um compromisso em preservar a integridade do povo nativo, agindo de maneira degradante em direção não somente a flora e fauna da região, e sim também com os naturais daqui, nos restaram poucos relatos sobre os mesmos para facilitar o entendimento da espacialidade desse indígena no espaço amazônico, a não ser como afirma o professor Antonio Porro que, antes que fosse feito algum levantamento sobre esses indígenas suas populações foram dizimadas e muitos destruídos, o que para os geógrafos pode se caracterizar como uma desterritorialização, posto que esse índio vivia nessa terra, retirava o necessário a sua subsistência através da pequena lavoura, da coleta, da caça, da pesca e enfim agora se vê sem ela, sem poder produzir as suas relações comuns, uma vez que para ir “para o céu” ele deveria abandonar o culto aos seus deuses e aceitar a fé cristã e uma vez aceita essa “fé”, a

sua resistência à dominação seria menor facilitando o trabalho dos colonizadores. Deveria agora abandonar o seu antigo modo de obter o necessário para viver e começar a produzir mesmo que não fosse para ele mas para um colonizador acumular os dividendos, gerados de tudo o que aqui era explorado, nas cortes européias e mesmo que num primeiro momento nas décadas iniciais da colonização não se fizesse a dominação/exploração para a geração de lucros, ela ocorria para manter a “ferro e fogo” a conquista para os lusitanos. PORRO(1996), diz que:

“Quaisquer que fossem as motivações e os planos dos colonos, missionários e comerciantes, o que eles deixaram atrás de si foi, na melhor das hipóteses, um processo de deterioração das condições sanitárias, demográficas, econômicas e finalmente, culturais, das comunidades indígenas.” (PORRO,1996,p.10)

Desse modo, concorda-se que o pouco que restou sobre os mesmos, refere-se a achados arqueológicos e as poucas descrições realizadas em crônicas pelos que acompanhavam a redução deste a condição de conquistado.

Dessa maneira, a forma mais simples de tentar encontrar a espacialização desses indígenas é pelo tronco lingüístico o qual o predominante na Amazônia era o tupi bem como na maioria do Brasil existiam outras mas como relata Sérgio Buarque de Holanda em História Geral da Civilização Brasileira afirma que havia vários grupos tribais distintos que habitavam o Brasil nesse período.

Os primeiros habitantes do espaço tratado, não são específicos desta área e a sua presença estendia-se desde os atuais estados do Rio de Janeiro ate o estado do Pará. HOLANDA(1976), diz que:

“os Tupis são melhor descritos pelas fontes quinhentistas e seiscentistas, habitavam o litoral nas regiões correspondentes aos atuais estados do Rio de Janeiro da Bahia, do Maranhão e do Pará. Praticavam a horticultura, a coleta, a caça e a pesca, possuindo o equipamento material que permitia a realização dessas atividades econômicas. Sua mobilidade no espaço era relativamente grande. Essas atividades eram desenvolvidas sem nenhuma tentativa de preservação ou restabelecimento do equilíbrio da natureza. Por isso a exaustão relativa das áreas ocupadas exigia tanto um deslocamento periódico dentro de uma mesma região, quanto o abandono dela e a invasão de outras áreas, consideradas mais férteis e ricas de recursos naturais.” (HOLANDA,1976, p.72 e 73).

Existiam inúmeras condições que de certa forma tolhiam o indígena de fixar-se a terra de modo a levar uma vida mais “sedentarizada” na região como por exemplo como nos cita HOLANDA(1976) das parcas técnicas de modificar a natureza, o espaço enfim. Dessa forma a mobilidade dentro de uma determinada “região” ou mesmo saindo deste ultrapassando os seus limites pela necessidade de sobrevivência caracteriza essas sociedades que habitavam o delta amazônico ou mais especificamente o estuário paraense, sendo assim, esse território demonstrado por HOLANDA(1976) pode ser entendido então como móvel uma vez que aproxima-se do conceito de territórios móveis de SOUZA(2003) que diz: “relações sociais projetadas no espaço” com capacidade de “formarem-se e dissolverem-se, constituírem-se e dissiparem-se de modo relativamente rápido” o que ocorria com os mesmos na região.

HOLANDA(1976) deixa claro que os indígenas mobilizavam-se para a saída de um local por alguns fatores que reforçam nossa análise:

“Quando se rompia o equilíbrio entre as necessidades alimentares e os recursos proporcionados pelo meio natural circundante, as populações se deslocavam de um modo ou de outro. Em suma, a terra constituía o seu maior bem. O grau de domesticação do meio natural circundante, assegurado pelos artefatos e técnicas culturais de que dispunham, fazia com que a sua sobrevivência dependesse de modo intenso e direto do domínio ocasional ou permanente do espaço que ocupassem.”  
(HOLANDA, 1976, p. 73).

Enquanto estes grupos estivessem sob um espaço este era definido e delimitado pelos mesmos através de suas relações internas e externas, ocorrendo assim, a defesa do mesmo quando da necessidade de proteção do mesmo contra tribos rivais, o que vai acontecer também contra os lusitanos, o que prova que dessa maneira apesar da desconsideração com relação as territorialidades indígenas na Amazônia, particularmente no espaço que precede a Belém do Pará bem como no Brasil todo por parte dos colonizadores apesar da mobilidade social e “territorial” os mesmos existiam e atuavam com as formas organizacionais das mais complexas as quais são pouco conhecidas.

Algumas destas já descobertas por historiadores serão aqui elencadas ao longo da dissertação como tentativa de compreender aqui a questão sobre como se deu a construção desse território.

A organização dessas sociedades era de fato complexa, porém, não queremos evidenciar essa problemática da sociedade indígena e sim por ora trabalhar, apesar de parcamente, com intuito de colaborar a análise futura que também trata da subjugação dessas formas

organizacionais as quais a posteriormente serão sucedidas por outras formas que impactarão a natureza local e produzirão, como veremos a seguir, novas formas e novas ações que marcarão o futuro do território estudado. HOLANDA(1976), afirma que:

“esse domínio era exercido em termos de poder de uma entidade complexa que chamaremos de “tribo”. Pouco se sabe a respeito da composição e do funcionamento dessa unidade inclusiva. A única coisa evidente é que ela abrangia certo numero de unidades menores as “aldeias” ou grupos locais, distanciados no espaço mas unidos entre si por laços de parentescos e pelos interesses comuns que eles pressupunham, nas relações com a natureza, na preservação da integração tribal e na comunicação com o sagrado.” (HOLANDA,1976, p. 73).

Ou seja, a primeira evidencia que garantia essas relações amistosas era o laço de parentesco que como vimos apesar das distancias permitiam uma interconexão como redes de territórios descontínuos sendo que o comando era dado pelo chefe das aldeias do grupo dessa sociedade. Outro fato importante ressaltado por HOLANDA(1976), é justamente a relação de poder existente internamente, cada índio vivia com liberdade “existencial”, podendo viver livremente e agir como lhe conviesse nas suas atividades diárias, sendo que as grandes decisões como as de guerra as de sacrifitação de inimigos de guerra e mesmo a guerra, fosse ela defensiva ou para conquistar novas áreas, era decidido segundo a vontade de todos.

A organização espacial dessas tribos e aldeias, nos deixa evidente a constituição dessas, ligadas por laços familiares, onde varias aldeias formavam uma tribo e era constituída da seguinte maneira, SARAGOZA(2000) afirma que:

"Cada aldeia compunha-se de quatro a sete malocas. Essas habitações coletivas eram dispostas nos terrenos de modo a deixar uma área quadrangular livre e bastante ampla, onde se realizavam reuniões, cerimônias e festa. Se a aldeia se situava numa zona onde houvesse tribos inimigas, era protegida por uma vedação ou caiçara, feitas com troncos de palmeira, muitas vezes dupla e armada com espinhos fortíssimos. Cada uma das malocas podia abrigar entre cinqüenta a duzentos indivíduos. Tinha a forma de paralelepípedo, era ampla, e duas aberturas funcionavam como portas, um em cada extremo. No interior estacas fincadas no chão e colocadas paralelamente, serviam



suspender as redes. Segundo informações de Gândavo, “em cada casas destas vivem todos *muy* conformes, sem haver nunca entre eles nenhuma diferença: antes são todos amigos uns dos outros que o que é de um é de todos”. Nos sítios alagados ou sujeito a cheias, as habitações erguiam-se sobre estacaria. Os materiais de construção eram fornecidos pela floresta: os esteios, os cipós(que faziam as vezes de prego) e a palha da parede do tecto” (SARAGOÇA,2000, p.43).

O que é fato com relação aos indígenas e seus diversos troncos familiares classificados lingüisticamente, segundo PORRO(1996), é que a sua diversidade e a falta de integração entre as diversas tribos devido suas diferenças construídas ao longo do tempo, no espaço tratado, levou todas elas a serem alvo fácil para os conquistadores ou mesmo para os que gostariam de tomar posse dessa terra, como era o caso de outros grupos de outras nações, como ingleses, franceses e holandeses além dos “prósperos” portugueses em sua “empresa” (como eles mesmos assim denominavam) aproveitavam-se desse fato das diferenças tribais, e ao unirem-se as tribos e os “auxiliarem” ,os indígenas nas lutas contra seus rivais, como diz Di Paolo (1994) conquistavam sua confiança as vezes mesmo com muitas resistências, no entanto, devido a essas formas de organizações tribais desarticuladas acabam por encerrar na “fácil” conquista do europeu, apesar das lutas sangrentas entre “conquistador e “conquistado”, mas devido a força da tecnologia européia e sua ganância na exploração da nova terra, a subjugação do índio fora de fato possibilitada. Essas diferenças tribais que além de proporcionarem a escravidão de índios prisioneiros de guerra, antes mesmo da chegada do europeu, irão servir como uma das formas do europeu conquistar o espaço de forma mais célere.

### **OS PRIMEIROS “BRANCOS” NO ESPAÇO VERDE.**

Com relação aos primeiros europeus a passarem pelo vale amazônico, e seus projetos de conquista com apoio ou não de suas autoridades “nacionais”<sup>8</sup>, vamos iniciar um breve debate sobre, uma vez que foi interessado em expulsar estes que se deu o interesse português na conquista do vale.

As primeiras expedições datam da década de 30 do século XVI, e estas não foram apenas de espanhóis, os possuidores do vale, pelo tratado de Tordesilhas de 1494, bem como de alemães como foi o caso de Ambrose Delfinger que não prosperou na sua iniciativa e, apesar disso, com sua atitude estimularia outros conterrâneos a investirem na empresa, porém, como Delfinger malograram.

---

<sup>8</sup> Ai deve-se compreender que Alemanha, por exemplo apesar de não estar organizada na forma de estado nação lança-se à conquista como veremos mais adiante.

Já os espanhóis, organizados pelo governador de Quito Gonzalo Pizarro, no ano de 1941<sup>9</sup>, parte juntamente com Francisco de Orellana, para iniciarem uma jornada de conquista do conhecido país das amazonas, MACHADO (1989), diz que:

“em fins do mês de fevereiro de 1941, Gonzalo Pizarro governador de Quito[...]com uma expedição de 230 castellanos, e 4000 indígenas, partia em busca do ‘País da Canela’. [...] quase cinquenta anos depois de chegarem à América, os espanhóis iniciaram mais um empreendimento de conquista dessa vez em direção leste dos Andes[...]”.  
(MACHADO,1989,p.1).

As árvores foram de fato encontradas contudo as dificuldades da expedição fizeram com que, o governador de Quito ordenasse que Orellana prosseguisse em busca de alimentos rio abaixo, e ao chegar no amazonas não quis retornar e prosseguiu por todo o vale desembocando no atlântico. Outra conhecida expedição espanhola fora comandada por Pedro de Ursua, que inicia a expedição, no entanto, segundo as fontes este morreu, assassinado por seu soldado Lopo de Aguirre que continuou-a, agora a frente da expedição, e mais uma vez, um espanhol, navegou por completo, de oeste à leste, o rio. Com relação as empreitadas espanholas para a conquista definitiva do território, entendemos que pela lógica de terem estes a posse deste território seria bem natural que estes empreendessem expedições de conquista do mesmo, contudo, o que passa a nortear a mentalidade de conquista deste espaço são as incursões de anglo-holandeses que irão de fato modificar o pensamento da conquista do vale amazônico e apressar a conquista.

Entre os anos de 1594 e 1612, ingleses e holandeses começam a organizar expedições de caráter puramente de reconhecimento do local, como eles mesmo denominavam, entre 1594 e 1595 foram os ingleses que se aproximaram do vale, já em 1598, três anos depois depois dos ingleses foi a vez dos holandeses, após terem feito essas expedições, já no ano de 1600 iniciaram as fixações de ambos sendo que primeiro temos os holandeses criando as feitorias de Orange e de Nassau, no Xingu. REIS(1968), diz que:

“Nos primeiros tempos, holandeses e ingleses limitaram-se na Sul-América, ao contato passageiro de reconhecimento Sir Robert Dudley e Walter Raleigh, em 1594-1595, procederam a esse reconhecimento, a essa tomada de contato. Atingiram a zona do Orenoco. Lawrence Keymis, no ano seguinte, visitou o litoral da Guiana. Leonard Berry visitou a costa entre o Cabo do Norte e o Orenoco. Ambos serviam a Walter Raleigh.

---

<sup>9</sup> Essa data segundo MACHADO(1989).

[...].

Quanto aos holandeses, em 1598 realizavam a primeira expedição à guiana e já no ano seguinte, alcançando o amazonas, penetravam-no estabelecendo pequenas feitorias defendidas pelas posições armadas que montaram na mesma oportunidade.”(REIS,1968, p.26).

Em 1600 a confirmação de suas pretensões são expostas em formas espaciais no vale do rio:

“Tendo descoberto o caminho para o amazonas, onde se lhes deparou preciosa matéria prima vegetal e animal , campo aberto as suas disposições mercantis , acolhimento generoso por parte do gentio local e não se lhes opondo, de qualquer modo, os espanhóis, que não haviam chegado ainda, ingleses e holandeses dispuseram-se a uma operação de maior envergadura. Começaram-na os holandeses, em 1600, com as feitorias de Orange e Nassau, plantadas no Xingu, portanto já bem dentro da bacia amazônica. Os ingleses, possivelmente em 1611, ainda no delta, em local que ainda não podemos precisar de terem realizado experiência nas mar margens do Oiapoque.” (REIS,1968, p.26).

Até então as expedições e as relativas conquistas realizadas por anglo-holandeses, não tinham o apoio ou consentimento de suas autoridades sejam elas quais fossem. Em 1613, segundo REIS(1968), Jaime I, rei inglês concede a exploração e o território “conquistado” à Robert Harcourt e seus sócios:

“Até ai ingleses e holandeses es estavam conduzindo sem apoio direto de seus governos. Em 1613 no entanto essa situação foi alterada. Robert Harcourt, que em 1612 se estabelecera no Oiapoque, tendo divulgado uma relação acerca das excelências daquele rio e do amazonas, conseguia d sua majestade por carta patente de 28 de agosto para si e para seus sócios,[...], “os territórios compreendidos entre o amazonas e o Essequibo”. Em 1616 era a vez de holandeses se organizarem-se para a empresa colonial sob a presidência do burgo-mestre de Fleissingue, Jan de Moor. Pedro de Adriassen, com 40 colonos, muitos dos quais haviam trazido as respectivas famílias depois de visitar o Tapajós. Localizou-se entre o Gorupatuba e

Genipapo, no baixo Amazonas. Fundou colônia e forte.”  
(REIS,1968, p.27)

Essa não seria e não foi a última carta de concessão dada a interessados em conquistar a Amazônia, outras sucederam-se, sendo que até mesmo os mirabolantes e grandiosos projetos de conquista da Amazônia por parte de anglo-holandeses não foram adiante, puderam até mesmo serem iniciados, no entanto eram de alguma forma contidos, como no exemplo a seguir:

“[...]Raleigh, um homem experimentado na proeza tropical, conseguiu constituir sua companhia, com carta patente expedida em, 5 de setembro, nela interessando altas expressões da nobreza inglesa, [...]. Felipe II, da Espanha, informado por seu embaixador junto a corte britânica, o conde de Godomar, da concessão, que lhe feria a soberania territorial, lançou, porém, protesto perante Jaime I. este vacilante acabou por proibir a execução do plano[...]. Não foi no entanto obedecido.[...]” (REIS,1968, p.27).

e continua:

“por desrespeito as determinações reais, foi a companhia dissolvida por ato de sua majestade. Isso não impediu, todavia, que um comércio clandestino se realizasse mantendo-se, destarte, os estabelecimentos fundados do delta em direção oeste” (REIS,1968, p.27).

Podemos apreender portanto que os planos ingleses iam além de apenas constituir atividades mercantis e sim, da construção de um império inglês na América do sul, contudo, como bem frisa o historiador das tentativas anglo-holandesas não foram como um todo positivas as suas incursões, apesar das feitorias instaladas já na Amazônia, porém, não obstante terem havido planos de projetos de conquista até mesmo dos espanhóis ao navegarem de oeste à leste o rio desembocando no atlântico, sendo que mesmo estes não fixaram-se no vale, apesar de serem os “possuidores” do território, não o fizeram de fato, apesar da diferença no fracasso das conquistas tentadas e por nós exibidas acima, todos desenvolveram diferentes tentativas de conquista-la e possuir de fato esse território, sendo que todos eles malograram em seus intentos.

E os franceses? O que dizer daqueles que antes da chegada portuguesa já estavam no litoral da Amazônia, fixados a cidade de São Luis? Nome dado por eles em homenagem a seu rei, às bases da futura cidade.

Os franceses estavam até o início do século XVII, voltados, com relação ao Brasil com a exploração do litoral nordeste da colônia portuguesa que demonstrava de certo, progresso no cultivo da cana. Fica entendido que a possibilidade da França ao perceber anglo-holandeses, direcionando-se para a Amazônia e além do motivo de exploração da floresta, não perderem também espaço nos territórios coloniais do mercantilismo, uma vez que a já saíra em desvantagem com relação à conquista ibérica do novo mundo. Sendo assim em 1605, “há posições positivas desse governo, e de governados da França quanto a região”(REIS,1968).

O rei desse país acaba por outorgar o direito de posse à Daniel de La Touche, “Sieur de La Ravardière”, as regiões situadas entre a Amazônia e a Ilha de Trindade. Dezenove anos depois, é concedida-lhe nova doação regia agora para anexar a guiana, no entanto, conforme nos mostra REIS(1968), em nenhum momento estes preocuparam-se em iniciar a conquista e ocupar esse território, talvez pelo fato de que estes, estivessem voltando suas atenções para além da margem direita do rio das Amazonas, e estes comandados por La Ravardière que irá fundar “Saint-Louis” nesse extenso período de pretensa inatividade francesa nessa área.

O caso francês na Amazônia adquire caráter impar, uma vez que a audácia francesa irá chegar a confrontar os portugueses num período posterior ate mesmo a fixação português da Amazônia na foz do rio Pará, com a instalação da Feliz Lusitânia e a base militar da conquista o forte do presépio. E como os portugueses decidiram investir na conquista estes também, talvez a motivação francesa de conquistar áreas na Amazônia após o período da fundação de Belém, justificasse segundo eles por que assim como as terras não eram portuguesas e estes a vinham conquistando-as, os franceses poderiam investir também na empreitada da conquista.

Apesar de ter-lhe sido concedida o direito de conquista e colonização das terras guianesas mesmo essas já estando nas mãos de holandeses, eles irão ultrapassar os limites desta, e lançarem-se para além do Oiapoque, estendendo assim a geografia francesa da pretensa França equinocial para a margem direita do rio Amazonas. Cientes pelo estudo do comandante da colonização da guiana, Lefebvre de La Barre, que irá tentar justificar nestes, o domínio francês da região:

“Nele advogou uma fronteira para a colônia, a começar no Amazonas. Confessando que o extremo litoral entre o Amazonas e o Oiapoque era pouco sabido, parecia impróprio para a permanência dos europeus, nele apenas se efetuava o comercio muito precário, com os indígenas locais utilizando o peixe boi, abundante; assinalava, porém, que os franceses

mantinham boas relações com o gentio ali estabelecido, o que possibilitaria a incorporação da região, a permitir rendimento econômico apreciável, se bem explorada. (REIS,1968, p.42 e 43).

E mais uma vez, semelhante aos portugueses irão se espacializar não somente nos limites já desejados e onde já estavam fixados, iniciaram uma entrada por entre os rios da Amazônia, na região de Gurupá:

“[...] Imaginando-se protegidos, bem protegidos, os colonos franceses não se satisfizeram com o escambo realizado ao longo do litoral. Penetrando pelo Amazonas aproximaram-se de Gurupá, na zona dos estreitos e lançando suas vistas sobre o Marajó, também para lá se dirigiram, [...].(REIS,1968, p.43).

Agora, iniciam depois de uma série de avanços na Amazônia já portuguesa, a investirem contra os postos militares lusitanos, como o ataque de 1688 à fortaleza de Araguari onde “intimou os seus ocupantes a abandonarem sob pena de uma ação militar” (REIS,1968, p.27), e logo após essa lançam-se aos fortes de Macapá base, seguramente, importante depois de Belém e o que prova isso, a fragilidade da resistência da base amapaense era a necessidade da ajuda da força militar advinda de Belém para derrotar e capturar os franceses. Estes não desistem da conquista da margem direita do rio e vão pleiteá-la até o século XX, o que já não diz respeito a nossa pesquisa, sendo que até a decisão final segundo a PCDL( primeira comissão demarcadora de limites), foi favorável ao Brasil e o litoral do estado do Amapá hoje é graças aos inícios da resistência portuguesa na Amazônia território brasileiro e o que restou a França nas guianas, foi a menor porção do território acima da Amazônia brasileira.

## **OS PORTUGUESES E O RIO DAS AMAZONAS.**

Não obstante o interesse em possuir o território Amazônico, estava na mesma proporção o interesse na posse do rio para o controle dos fluxos através do mesmo, e partindo dele seria possível a efetiva conquista do interior do território. Uma vez que, conquistada a cidade fundada pelos franceses São Luis imaginava-se e com razão que a próxima investida destes seria o vale amazônico. Os poucos conhecimentos lusitanos sobre o rio-mar a ser conquistado, as autoridades portuguesas mandam chamar um capitão francês, profundo conhecedor do rio, para lhe dar informações sobre o mesmo, este que fora expulso do Maranhão, junto com todos os franceses.

O conhecimento sobre o rio das Amazonas para a fundação do “ponto de apoio” a “base de controle do rio” era demasiado importante tendo em vista que, para a conquista desse

espaço era necessário, *a priori*, o conhecimento absoluto sobre o rio-mar, haja vista que era este sem sombra de dúvidas o caminho mais fácil de se chegar ao interior. Posteriormente, seria necessário após conhecê-lo para dominá-lo e controlá-lo numa fase ulterior, garantindo a posse por intermédio de fortaleza. Essa que não era o caso específico da foz do rio Pará, seria objetivo português também construí-las, essas fortalezas, locacionadas nos mais estratégicos pontos do rio das Amazonas e geralmente no encontro dos rios, sendo que a foz do rio Pará, seria o local mais estratégico dentre todos os outros pontos escolhidos para serem construídas as fortificações. Como diz GONÇALVES (2001):

”Ao longo da calha do rio Amazonas, sobretudo na confluência com outros rios, surgem aldeamentos e vilas, muitas das quais se transformaram mais tarde em cidades regionalmente importantes como Santarém, na desembocadura do rio Tapajós, Óbidos, na foz do Trombetas; Manaus, na foz do rio Negro; Tefé, na foz do Japurá, além de Belém, na foz de toda a bacia, que por isso ganhará um significado maior”.

A preocupação da posse do rio para a conquista do território, era prioridade além de expulsar os estrangeiros ali instalados, sendo que em todos, a questão do controle do rio é marcante assim como no regimento dado a Francisco Caldeira de Castelo Branco, quando de sua oficialização como escolhido para liderar a conquista da foz do “rio das amazonas”. Para a conquista do território, era de fundamental importância para os portugueses a escolha do melhor local, as margens do Grão-Pará, um dos braços do rio, segundo descreveu o francês “informante” dos portugueses sobre o rio, (CRUZ, 1963). Tendo em vista o controle do rio funda-se então pela Coroa Portuguesa, por intermédio de Francisco Caldeira de Castelo Branco, em 12 de janeiro de 1616, o que se tornaria ‘capital da Amazônia’. Partindo da idéia de que sendo fundamental para o domínio do rio e por fim, da conquista do território, o melhor lugar encontrado, cumprindo o regimento, Castelo Branco firma-se neste lugar, constituindo aí um forte, que segundo Gonçalves, traz no nome um símbolo significativo, o “Forte do Presépio”. Com relação ao seu relacionamento com os índios, para que não fossem assim hostis aos portugueses, inicialmente, seguindo fielmente o regimento Caldeira irá ter como intermediário um francês chamado La Ravardiére, (o mesmo que havia sido expulso com os franceses das terras do Maranhão e que havia passado algumas informações sobre o “rio das amazonas” para os portugueses) tendo em vista que os índios simpáticos aos franceses, não iriam os atacar utilizando como intermédio uma figura que representava relações pacíficas com os índios, fazendo isso os conquistou, sendo que nem sempre fora assim, posto que, o Senhor de La Ravardiére, segundo CRUZ (1963), expulso do Maranhão juntamente com os franceses possuía a afeição dos índios que vieram de São Luis, organizados para combater os lusitanos no Pará, sendo

terrivelmente esmagados pelas tropas de Matias de Albuquerque. Outras e outras batalhas com nativos sucederam-se, sendo que em todas os nativos foram derrotados (CRUZ, 1963).

A conquista da desembocadura do Tocantins com o rio Grão-Pará, um dos braços do rio das Amazonas, nessa confluência a Feliz Lusitânia, atual Belém do Pará, não fora algo fácil apesar de que Alexandre de Moura, havia advertido Castelo Branco sobre como evitar o confronto com os nativos levando franceses, tendo em vista o bom relacionamento dos mesmos com os franceses e vice-versa. Porém os fatos ocorridos não revelam o exímio cumprimento do que fora ordenado no regimento, pelo menos não de forma absoluta como os anseios de Moura. Porém, como o mesmo regimento previa a conquista do território, essa parte fora de um todo cumprida.

## **QUAIS OS “REAIS INTERESSES” PORTUGUESES E DA UNIÃO IBÉRICA NO ESPAÇO DO VALE DO RIO AMAZONAS.**

### **O INTERESSE LUSITANO NO VALE DO RIO.**

Mas todos esses fatos ocorridos na então Feliz Lusitânia, tinham um significado maior. A posse do rio e o controle do mesmo para dominação do território. E mais à frente provaremos essa afirmativa. Porém, a bem da verdade, não podemos esquecer que a questão da dominação do rio era necessária para uma conquista posterior, sendo que todas as duas tanto a do rio como a do território são indissociáveis e podem ser consideradas indistintas, já que a fundação de Belém, mostra clara e evidente da posse do rio vinha para o controle do mesmo e por fim, do acesso ao interior do território e indissociáveis, por que a posse do rio e o controle do mesmo se davam pelo interesse na terra, CRUZ (1973) em sua obra, indaga-se sobre a finalidade dessa conquista. “Era a de posse da terra? Era a de dominar ou recuperar o mercado do açúcar e das drogas do sertão? Ou mesmo a dilatação do território demarcado até os limites do meridiano imaginário de Tordesilhas” (CRUZ, 1973).

MACHADO (1989) discorre em seu estudo exemplar sobre a Amazônia, em sua obra “mitos e realidade da Amazônia brasileira” (título de sua tese de doutorado), os interesse na conquista do território em questão. Para compreendermos os interesses da conquista, segundo MACHADO tem que se recorrer a história e compreender que no período histórico da fundação da cidade de Belém, a coroa portuguesa estava sob o domínio do rei espanhol, o que caracterizava a união ibérica, e assim sendo, os portugueses gozaram de relativa liberdade no que tange à possibilidade de ultrapassar os limites do meridiano imaginário, já que como discutiremos a seguir vai coincidir com o interesse da Espanha. A resposta que podemos ter como resultado dessa análise sobre o interesse nesse espaço é clara e evidente já que todos os interesses expostos pelo autor estão intimamente ligados a dilatação do meridiano imaginário de Tordesilhas, a posse da terra ou melhor a conquista da



mesma e a recuperação imediata dos mercados de açúcar e no caso especial da Amazônia o potencial mercado de extração, ou seja, produção e comercialização das drogas do sertão, segundo GONÇALVES (2001) que nos dá provas do interesse nesse tipo de extração, ele diz:

“Começa o devassamento da floresta em busca das especiarias (“drogas do sertão”) destinadas ao mercado europeu. A riqueza da fauna da flora, das florestas e dos rios dá ensejo a um diversificado sistema de caça, coleta e pesca capturado pela (e para a) administração colonial e pelas (e para as) ordens religiosas. Tem início o (des)envolvimento da Amazônia e uma valorização seletiva de seus recursos naturais, tendo em vista as injunções do mercado europeu e, aqui em particular as injunções, estritamente políticas dos conflitos entre as diferentes potências coloniais para afirmar a dominação territorial da região.(GONÇALVES, 2001,p.81).

O que é discutido no texto que acabamos de expor, segundo esse autor, é o início da exploração de fato desses “produtos” destinados às cortes européias e que já, segundo GONÇALVES, vão despertar interesses nas potências coloniais que queriam se firmar, juntamente com Espanha e Portugal, através da exploração dos mesmos que garantiam lucros às respectivas coroas e também para os investidores do processo de conquista e exploração dessas áreas, e aí está o que queremos mirar, ou seja, visualizar, e apreender. Esse interesse que vai gerar uma série de conflitos pela conquista desse território, e esse é um dos “fios desse tecido” que é o nosso trabalho. Entender que os lusitanos tinham de fato interesse em manterem-se liderando os mercados de exploração das drogas do sertão e de seus interesses em expandir os limites do seus territórios fica claro, no entanto, temos de ressaltar a enorme facilidade dada a esses portugueses por parte do rei das duas coroas, levando em consideração que as duas estavam sob tutela de um só rei, o espanhol, não concedida pelo simples fato da benevolência de sua majestade o rei espanhol e sim impulsionados por motivos e interesses que o levou a tomar tal decisão como veremos.

### **O QUE LEVOU OS ESPANHOIS À PERMITIREM À CONQUISTA DO VALE DO RIO PELOS PORTUGUESES.**

Havia também um outro interesse em particular, espanhol, relacionado à questão da permissividade, desse país, ao passar aos portugueses a conquista da terra, segundo MACHADO (1989), a Espanha encontrava-se em guerra na Europa e com inimigos que estavam a explorar o espaço territorial amazônico, com finalidades estritamente mercantis, a exemplo dos holandeses, apesar de não serem somente estes os únicos exploradores da

calha do rio das amazonas sendo também, por exemplo, franceses e ingleses. E, contando com o que essa autora determina serem as razões especiais para que, a Espanha, apesar de ter “descoberto” o vale do rio amazonas<sup>10</sup>, não o conquistarem de fato, não realizando a colonização do mesmo, processa-se devido algumas razões tidas conforme a autora, como dificuldades reais para a colonização o que acaba resultando na real possibilidade de realização do anseio português de conquistar esse território, em sua obra, MACHADO (1989) cita algumas dessas principais razões, ela diz que:

“[...] o custo e dificuldade de se organizar uma expedição de conquista, o que explica, em parte, o espaçamento entre elas no tempo; o fato de que ouro perseguido pelos conquistadores no espaço americano, assim como as riquezas americanas eventualmente exploradas destinavam-se ao comércio e a economia européia no seu conjunto[...]”(MACHADO, 1989, p.4).

Prosseguindo na análise sobre a não colonização espanhola na calha do rio amazonas, a autora irá afirmar que houve dois períodos distintos na história da Espanha, no que se refere a conquista e colonização. Segundo ela, o rei Felipe II, determina, em um período anterior da conquista portuguesa do vale do rio amazonas, “o fim do período de conquista para partirem para sistemática da colonização” (MACHADO,1989), ou seja, acaba-se como um período de gastos com a conquista que era interessante porém custosa e iniciarem um período de colonização, como determinou o rei espanhol, uma espécie de colheita dos “louros” da glória da conquista. Contudo, com essas razões, e levando em conta o que muitos autores expõem em relação as mais variadas tentativas de conquistarem de fato esse vale ou calha do rio amazonas, apesar de terem sido os pioneiros europeus a terem contato com o que hoje é a Amazônia, eles os espanhóis não efetivaram de fato a conquista de toda extensão da calha desse rio, e contando com a “necessidade assim de legitimar a conquista e avançar o controle institucional e financeiro” (MACHADO,1989), levando em consideração a discussão anterior, os fatos expostos como por exemplo os custos e dificuldades de uma expedição de conquista, dentre outros motivos, além do fato de que a Espanha encontrava-se em guerra, colaboraram para a suposta “permissividade” dada aos portugueses para conquistarem e colonizarem toda a extensão da calha do rio, partindo de Belém do Pará, antiga Feliz Lusitânia, até as províncias espanholas onde chegou Pedro Teixeira, segundo SARAGOÇA (2000):

---

<sup>10</sup> Utilizamos, quando nos referimos ao ‘espaço amazônico’ (já que nem Amazônia, enquanto região nem mesmo o conceito região existiam no período) as duas terminações, pois, ao nosso ver podem ser consideradas de mesma relevância e, baseados em nossa bibliografia, temos aí as utilizações dos dois termos, sendo que MACHADO(1989) trabalha com a terminação “vale do rio amazonas”, e GONÇALVES(2001) utiliza-se da terminação “calha do rio amazonas”.

“Foram dadas aos portugueses, grandes oportunidades para alargarem os seus domínios territoriais para além do meridiano de Tordesilhas.” (SARAGOÇA, 2000, p.32).

Por fim o interesse português, o de aproveitar de certa forma a união das duas coroas e conquistar esse espaço, controla-lo e coloniza-lo ajustou-se com a necessidade da Espanha de não permitir estrangeiros não ibéricos a exemplo dos holandeses, ingleses e franceses, à conquista de tão densa área e com ela recuperar a hegemonia do comércio do mercado das drogas do sertão.

### **BELÉM. A CONQUISTA DO RIO. A POSSE DO TERRITÓRIO.**

Ainda era somente uma base fortificada e, Belém, que iria ao longo do tempo sofrer diversas mudanças, já serve desde sua fundação como ponto fundamental, única e exclusivamente, acreditamos, para resguardar a entrada do “Rio das Amazonas”, ou seja, o rio Grão-Pará, bem como seu outro “braço”, descrito por La Ravardiére que depois de algumas décadas da fundação de Belém irá assegurar aos portugueses, o definitivo controle auxiliando a efetivação desse controle da entrada do rio com a construção do Forte de São José em Macapá.

Buscando demonstrar, de forma descomprometida com laços afetivos e culturais com o lugar, o papel que de fato lhe coube pela necessidade de dar, a partir dela, Belém, o controle do rio e a conquista de todo o território e compreendendo assim a lógica da gênese desse território podemos compreender que Belém fora de fato a mais importante para a conquista, e depois de certo tempo, com o auxílio de outra fortaleza o Forte de São José de Macapá, sendo sempre Belém o ponto base, já que essa era subordinada à Belém, nenhuma outra em toda a extensão da calha do rio das amazonas, nos parece tão importante quanto ela, com exceção de pontos fronteiriros na Amazônia, naquele período “pós-dilatação do meridiano de Tordesilhas” como a atual cidade do príncipe da Beira no atual estado de Rondônia onde fora construído o Forte Real do Príncipe da Beira semelhante ao de São José de Macapá para inibir a entrada de “corsos e/ou piratas” àquela região, os outros de menor importância para a conquista do território, e é de se reconhecer a idéia de como os portugueses conquistaram o mesmo, e o mantiveram, diferente dos estrangeiros que misturados, ocupavam, segundo as leituras, áreas aleatórias ao longo do grande rio das Amazonas e de seus afluentes. Portugal fizera de forma ordenada e consciente, primeiro ordenara o reconhecimento de todo o rio seus melhores lugares para fortificações e construção de Bases, Ernesto Cruz cita o que fora ordenado à Pedro Teixeira em outubro de 1637:

“Reconhecer minuciosamente o rio até Quito verificar os melhores lugares em que o rio pudesse ser fortificado (...) e

finalmente fundar (...) uma povoação que marcasse os limites no Amazonas da soberania portuguesa” (Jaime Cortezão In: Ernesto Cruz, 1973, p.131-130).

Esse é um exemplo claro da forma consciente e organizada da forma de conquista portuguesa, e da maior de todas elas, o que os diferenciou de outras Nações e os fez assegurar com os mestiços luso-brasileiros, este território, segundo CRUZ (1973), e o que é unanimidade no pensamento científico, o de ser a maior conquista, dado significado da Biodiversidade de fauna e flora de riquezas minerais infindáveis da região, de ela ser o símbolo mais extraordinário de tudo o que Portugal conquistou e sem dúvida alguma, apesar das mazelas do subdesenvolvimento, legado da colonização exploradora, deixados Portugal a Amazônia foi e é, e continuará sendo a maior herança, a única não maléfica herdada do período colonial em todo território brasileiro. Nada se compara no mundo a Amazônia.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Podemos concluir o interesse de Portugal em ter o controle do rio, para efetivar a posse e conquista efetiva de todo o resto do território fez com que eles para garantirem a posse do mesmo fundassem as bases da futura capital do Pará, e a partir dela irradiar essa conquista para todos os cantos da amazônia, fato interessante é que Portugal foi além de apenas querer a posse do rio ele estabeleceu feitorias e fortes na maioria dos encontros dos afluentes do grande rio, senão em todos. Assim sendo, consideramos que, tanto o rio como o espaço amazônico, eram de mesmo peso para os portugueses em relação à conquista e posse de ambos, ou seja, os dois eram mesmo importantes e algo a ser conquistado, sendo que indiscutivelmente a fundação de Belém, como base da conquista de ambos, fora tão importante ou mais no processo de gênese territorial amazônica e o controle do rio, que em algumas vezes pode ter parecido que engrandecemos uma conquista em detrimento da outra sendo que o fato é que a conquista de um se antecipa ao outro, sendo que ambos tem a mesma importância, contudo, procuramos sempre de certa forma enaltecer “o rio”, pois, para a posse do território era necessário o controle do mesmo, partindo de Belém que surgiu como ponto importante para salvaguardar a entrada e também a saída já que os fluxos aqui se davam nos dois sentidos, na Amazônia.

### **REFERÊNCIAS**

- CRUZ, E., 1973, História de Belém, UFPA, Belém.  
\_\_\_\_\_, 1963, História do Pará, Vol. I, UFPA, Belém.  
\_\_\_\_\_, 1958, Colonização do Pará, INPA, Belém.  
\_\_\_\_\_, 1960, Temas da História do Pará, SPEVEA, Belém.  
DI PAOLO, P., 1990, Cabanagem: A Revolução Popular da Amazônia, CEJUP, Belém.  
GONÇALVES, C. W. P., 2001, Amazônia, Amazônias. Contexto, São Paulo.

- HOLANDA, S.B. de, 1968, Historia Geral da civilização Brasileira, TOMO I, Vol. 1, DIFEL, Rio de Janeiro; São Paulo.
- LOUREIRO, V.R., 1992, Amazônia. Estado. Homem. Natureza., CEJUP, Belém.
- MACHADO, L.O., 1989, Mitos e Realidades da Amazônia Brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912). Universitat Barcelona - Departamento de Geografia, Barcelona.
- MÁRTIRES, G., (et al), 1996, Os caminhos de Belém, Agir, Rio de Janeiro.
- MORAES, A. C. R., de, 1995, Geografia Pequena História Crítica, Hucitec, São Paulo.
- PORRO, A., 1996, O Povo das Águas: Ensaio de Etno-História Amazônica, Edusp., São Paulo
- RAFFESTIN, C., 1993, Por uma geografia do Poder, Ática, São Paulo.
- ROCQUE, C., 2001, História Geral de Belém e do Grão-Pará, Distribel, Belém.
- REIS, A.C.F., 1968, A Amazônia e a cobiça internacional, Record, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_, 1966, Aspectos da Experiência Portuguesa na Amazônia, Governo do Estado do Amazonas, Manaus.
- \_\_\_\_\_, 1966, A Política de Portugal no Vale Amazônico, Secretaria de Estado da Cultura, Belém.
- SARAGOÇA, L., 2000, Da Feliz Lusitânia aos confins da Amazônia, (1615-62). Edições Cosmos. Câmara Municipal de Santarém, Lisboa-Santarém.
- SOUZA, M. J. L. de, Território Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In; CASTRO, I. E. de, (et al) (org.), 2003, Geografia conceitos e temas, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.